

As togas que deixaram de ser gente: Mariana e o sonho interrompido

12/05/2026

“Eu nunca pensei que fosse escolher o caixão da minha filha”, foi o que disse, entre lágrimas, Marilza, a mãe da juíza Mariana Ferreira, 34, que morreu no dia 6 de maio durante um procedimento para retirada de óvulos para congelamento, na busca incessante de um sonho: ser mãe.

Mariana era amada por familiares e colegas, e sua morte repercutiu nacionalmente entre a magistratura.

Era uma juíza zelosa e comprometida, com grande sensibilidade. Deixou boas lembranças em todos os lugares que passou com suas risadas e energia positiva. Fez o curso de direito com muito esforço, enfrentou desafios, cuidou e cuidava da família, precisou trabalhar enquanto estudava para seu sonho de ser juíza. Amava sua mãe e retribuía agora todo o amparo e carinho que teve.

Ela lutou para se formar, lutou para passar no concurso e, como magistrada, lutava por justiça. Trabalhava todo dia até altas horas da noite. Trabalhou todo final de semana antes da cirurgia. Tentava ainda conciliar o tempo entre a família e o trabalho que a consumia.

Mariana tinha um grande orgulho em ser juíza e sacrificava a vida pessoal em prol desse ideal.

Barbárie

Então, não estamos falando, nesse contexto, de liberdade de imprensa, nem de liberdade de manifestação de pensamento, ou o direito de se fazer humor e sátiras sem limites. Estamos falando de uma mulher que queria ser mãe e não somente juíza, estamos falando de uma barbárie contra essa mulher que morreu tentando se tornar também mãe e um dia poder comemorar esse seu dia.

Reprodução



Spacca

Este Dia das Mães que não serve apenas para as mães presentes. É também um dia para lembrar das mães que não foram e dos filhos ausentes. Mariana foi a mãe que não pôde ser. Como muitas mulheres, teve o sonho da maternidade interrompido. Marilza é a mãe que sobrevive à própria prole, submetida à inversão da ordem natural da vida e à maior dor humana, a de enterrar um filho.

Três dias após sua morte, na véspera do Dia das Mães, enquanto os familiares de Mariana preparavam seu enterro, a *Folha de S.Paulo*, o mesmo jornal que anunciou seu óbito, publicava uma charge de autoria de Marília Marz, pseudônimo de Marília de Azevedo Correa e Moreira, com uma lápide grotesca onde se lê: “Vidinha mais ou menos, até perdê-la junto dos penduricalhos”.



Mariana não teve uma vida “mais ou menos”. Teve uma vida cheia de sentido: amou e foi amada e atingiu seu sonho, podendo fazer justiça no pouco tempo em que usou a toga de juíza. Mas nem o mais básico respeito à honra dos mortos foi capaz de frear o uso ideológico de sua partida.

Conciliação de vida pessoal e profissional

A opção por congelar o óvulo escancara a dura escolha das mulheres em profissões de alta demanda que não querem desistir do sonho da maternidade. A dificuldade entre conciliar a vida pessoal e profissional; a dupla (ou tripla) jornada.

Tanto poderia ser dito a respeito, inclusive refletir sobre a necessidade de equilibrar vida pessoal e profissional. Mas Mariana não era mais mulher, era só uma toga.

Hannah Arendt nos lembra que o único milagre capaz de salvar o mundo é o nascimento, que sempre inaugura algo novo e reaviva a natureza com a pluralidade: todos somos iguais em direito, mas ninguém é igual a qualquer outro que viveu, vive ou viverá. Nada mais humano que a maternidade.

A infame charge, feita por uma mulher, ignorou tudo isso e reduziu Mariana à caricatura de uma toga, banalizando a sua morte e ironizando a perda de seus vencimentos.

Preconceito da profissão

Como calhou de Mariana ser juíza, sua tragédia foi filtrada pelo preconceito de sua profissão, silenciando debates urgentes acerca da maternidade e o custo invisível das carreiras de alta performance, a pressão sobre a mulher no mercado de trabalho e sua solidão, sobre o acesso amplo à saúde. Como a magistratura tem sido reiteradamente atacada, acabou prevalecendo a lógica da viralização e do menosprezo à tragédia humana, como se, por sua profissão, fosse

despida de dignidade. Só que o resultado foi o contrário.

Alguns órgãos de imprensa e influenciadores já haviam notado que a fixação em atacar a magistratura era algo esdrúxulo, tanto pela reiteração, quanto pelo teor. Mas foi preciso uma charge como essa para escancarar o processo de desumanização de quem usa a toga, fenômeno que profissionais da segurança pública e da saúde enfrentam rotineiramente.

Nesse episódio, a condição de magistrada pareceu importar mais do que o fato de Mariana ser uma mulher, filha e ser humano. Isso revela como o tema da magistratura muitas vezes deixa de ser analisado com bom senso, equilíbrio e a mesma régua aplicada a outras profissões.

Em 2011, a juíza Patrícia Acioli foi assassinada na porta de casa por sua profissão, deixando três filhos. Em 2016, a juíza Tatiane Moreira, que atuava na vara de família, foi feita refém e ameaçada de ser incendiada por sua profissão. Em 2022, a juíza Viviane Vieira foi morta na véspera do Natal, na frente das filhas, pelo ex-marido.

Não são togas, são pessoas, são seres humanos.

Profissão desgastante e sob ameaça

A magistratura é plural: são aprovados no concurso pessoas de todas as origens e gêneros. É uma carreira desgastante, fato reconhecido internacionalmente, e não estamos fazendo comparação com outras profissões. Mais da metade dos juízes brasileiros relata já ter sido ameaçada ou agredida em razão da profissão. O mesmo percentual apresenta sinais de adoecimento mental; e um em cada três recorre a medicamentos para controlar a ansiedade e o estresse.

A morte de Mariana foi recebida com tristeza nos grupos de magistrados de todo o país. Estávamos enlutados. Por isso, a charge publicada pela *Folha* ultrapassou todo e qualquer limite. Os juízes estão cansados. O debate transcende cifras ou vantagens; o que se reivindica é o reconhecimento da humanidade intrínseca à função. Foram centenas, milhares de manifestações em redes sociais não só de magistrados, mas de várias carreiras jurídicas e pessoas sem qualquer vínculo com a área, porque concordam que uma linha foi ultrapassada.

A reflexão não formulada pelos colegas é essa: é assim que seremos vistos mesmo na morte? Farão discurso de ódio sobre nossos caixões?

Mariana é gente. Seus familiares são gente. Todo mundo é gente antes de ser qualquer outra coisa. Ninguém vira lixo pela profissão que escolheu, nem pela religião, nem pelo gênero, sexualidade, cor de pele ou qualquer outro atributo. Toda vida conta uma história, é a história que conta no fim.

Quer ser juiz quem acredita na justiça. E acredita na justiça quem ama as pessoas. Espera-se que os juízes tenham empatia, sejam humanos, escutem com atenção e, acima de tudo, resguardecem a dignidade até do mais vil criminoso.

Por que de quem tanto se espera tão pouco se dá em termos de respeito?

Voltamos a dizer: não é sobre dinheiro, é sobre dignidade.

Sociedade e os juízes

A sociedade precisa perguntar que tipo de juiz espera. Eduardo Couture já alertava que uma sociedade é medida pelo valor que dá aos seus juízes, e os juízes pelo valor e respeito que se dão.

Críticas devem existir e só assim é possível o aprimoramento. A livre expressão deve ser resguardada e protegida, e ninguém é imune em uma democracia. Mas estamos diante de um dos momentos mais extremos de um processo crescente de desumanização da magistratura, em que o apedrejamento passou a importar mais do que o aprimoramento.

Ninguém melhora na base da violência, é mais provável que piore.

Conclusão

Esse texto é fruto de uma profunda reflexão dos autores, porque não querem que Mariana seja usada, mais uma vez, para instrumentalização ideológica. Mas acreditamos que a memória dela merece ser preservada, como está sendo por notas, artigos e publicações feitas por presidências de tribunais, associações, colegas e pessoas em geral.

Mariana deve ser lembrada por quem foi: uma pessoa carinhosa, alegre e dedicada, que tinha o sonho de adolescência em ser juíza e, apesar de todas as dificuldades, chegou lá.

A toga não engrandece ninguém. É quem veste que a engrandece, e Mariana fez isso muito bem no curto tempo em que se dedicou à árdua função da Justiça.

Coloquem-se no lugar de Mariana. Coloquem-se no lugar da família dela. Pensem em como vocês se sentiriam se acontecesse com vocês. É justo?

O ponto central jamais foi blindar a magistratura de críticas, mas lembrar que nenhuma profissão elimina a humanidade de quem a exerce. Que deste episódio nefasto reste uma lição elementar: a toga pode ser um símbolo de poder, mas sob ela bate um coração humano que, como qualquer outro, merece o sagrado direito ao respeito e à memória.

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2026-mai-12/as-togas-que-deixaram-de-ser-gente-mariana-e-o-sonho-interrompido/>